

JORGE MIRANDA

CURSO DE
DIREITO CONSTITUCIONAL

ESTADO E CONSTITUCIONALISMO.
CONSTITUIÇÃO. DIREITOS FUNDAMENTAIS.

VOL. 1

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
LISBOA 2016

ÍNDICE

Explicação	9
------------	---

Preliminares

1. O fenómeno político e o Estado	11
2. Sujeição do Estado e das demais instituições públicas ao Direito	12
3. O Direito constitucional	13
4. O Direito constitucional e a ordem jurídica do Estado	16
5. Os grandes capítulos do Direito constitucional	18
6. A Ciência do Direito constitucional	19
7. Ciência do Direito constitucional, Teoria Geral do Direito público e Teoria Geral do Estado	21
8. Direito constitucional, História do Direito constitucional e Direito constitucional comparado	22
9. Ciência do Direito constitucional e ciências sociais não normativas	26

PARTE I

ESTADO E CONSTITUCIONALISMO

TÍTULO I

DO ESTADO ANTIGO

AO CONSTITUCIONALISMO MODERNO

CAPÍTULO I

O ESTADO, REALIDADE HISTÓRICA

10. O Estado, espécie de sociedade política	29
11. O aparecimento histórico do Estado	30
12. Sociedades políticas pré-estatais	31
13. Processos de formação do Estado	32
14. Características gerais do Estado	32
15. A inserção territorial do Estado	34
16. O desenvolvimento histórico do Estado	34
17. Redução das formas históricas de Estado a tipos	35
18. O Estado oriental	36
19. Estado grego	37
20. O Estado romano	40

21. O pretenso Estado medieval	43
22. O Estado moderno ou europeu	46
23. O nome de Estado	48

CAPÍTULO II

O DIREITO PÚBLICO MODERNO E O ESTADO EUROPEU

24. O sistema político medieval e a sua substituição	49
25. A soberania e a organização do Estado	52
26. Variedade dos momentos de aparecimento do Estado	53
26. Condições gerais de desenvolvimento do Estado europeu	54
28. Períodos de evolução	55
29. O Estado estamental	56
30. O Estado absoluto. O Estado de polícia	58
31. O constitucionalismo moderno	60
32. O Estado constitucional no século XIX como Estado liberal burguês	64
33. A situação do Estado no século XX	67
34. A diversidade político-constitucional	70
35. Os problemas no início do século XXI	74

TÍTULO II

O CONSTITUCIONALISMO PORTUGUÊS

CAPÍTULO I

A SUCESSÃO DE CONSTITUIÇÕES

36. Características do constitucionalismo português	76
37. A história política e constitucional portuguesa	78
38. A formação e as vicissitudes das Constituições	82
39. As orientações de fundo	83

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DE 1976

§ 1.º

A formação da Constituição

40. A ideia de Direito da revolução de 1974 e a Constituição	86
41. Carácter geral e sistema da Constituição	88

42. As revisões constitucionais	93
43. O essencial da Constituição	96

TÍTULO III
O CONSTITUCIONALISMO NO BRASIL
E NOS OUTROS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

CAPÍTULO I
O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

44. Visão geral sobre o constitucionalismo brasileiro	98
45. A Constituição de 1988	100

CAPÍTULO II
O CONSTITUCIONALISMO NOS PAÍSES AFRICANOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA E EM TIMOR

46. As primeiras Constituições dos países africanos de língua oficial portuguesa	102
47. As transições constitucionais democráticas	103
48. A Constituição de Timor	104

PARTE II
CONSTITUIÇÃO

TÍTULO I
A CONSTITUIÇÃO COMO FENÓMENO JURÍDICO

CAPÍTULO I
SENTIDO DA CONSTITUIÇÃO

49. Da Constituição antiga à Constituição moderna	105
50. Da Constituição liberal às Constituições atuais	111
51. Da Constituição em sentido material à pluralidade de Constituições materiais	115
52. Constituição em sentido formal	119
53. Os tempos e os lugares das normas constitucionais	120
54. A Declaração Universal dos Direitos do Homem como parte da Constituição formal portuguesa	124
55. Os princípios cooperativos e a Constituição	125
56. Transconstitucionalismo e interconstitucionalismo	127

CAPÍTULO II FORMAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

57. Poder constituinte material e poder constituinte formal	129
58. O poder constituinte material (originário)	132
59. Constituição e soberania do Estado	135
60. A revolução como fenómeno constituinte	136
61. A transição constitucional	140
62. Do poder constituinte material ao poder constituinte formal	142
63. Os tipos de atos constituintes <i>stricto sensu</i>	143
64. Forma, legitimidade e conteúdo da Constituição	146
65. As formas e as regras dos atos constituintes	147
66. Os limites materiais do poder constituinte	150

CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO E SUBSISTÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO

§ 1.º

As modificações constitucionais em geral

67. Modificabilidade e modificações da Constituição	154
68. Modificações da Constituição e vicissitudes constitucionais	154
69. As diversas espécies de vicissitudes constitucionais	158

§ 2.º

O costume constitucional

70. O problema do costume em Constituição formal	163
71. O costume no Direito constitucional português	168

§ 3.º

A revisão constitucional

72. Rigidez e flexibilidade constitucionais	170
73. A diversidade de formas da revisão constitucional	172
74. A revisão constitucional no Direito português	176
75. A formulação de limites materiais da revisão	179
76. A polémica doutrinal sobre os limites materiais	180
77. Posição adotada	182

TÍTULO II

NORMAS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I

ESTRUTURA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

78. Os princípios e a sua função ordenadora	187
79. Classificações de princípios constitucionais	192
80. Os preâmbulos constitucionais	195
81. Classificações de normas-regras	197
82. Normas precativas e normas programáticas	199
83. Normas exequíveis e não exequíveis por si mesmas	201
84. Normas precativas exequíveis, normas precativas não exequíveis e normas programáticas	202
85. A aplicabilidade direta das normas constitucionais	205

CAPÍTULO II

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO

§ 1.º

Interpretação e integração das normas constitucionais

86. A problemática da interpretação constitucional	206
87. Postulados da interpretação constitucional e seus corolários	210
88. As lacunas da Constituição e a sua integração	213

§ 2.º

A aplicação das normas constitucionais no tempo

89. A superveniência das normas constitucionais	215
90. Direito constitucional novo e Direito constitucional anterior	216
91. Direito constitucional novo e Direito ordinário anterior	218
92. A subsistência do Direito ordinário não contrário à Constituição	220
93. Direito constitucional novo e Direito internacional anterior	222
94. Direito constitucional novo e atos jurídico-públicos	222

§ 3.º

A aplicação das normas constitucionais no espaço

95. Constituição e território do Estado	224
96. A aplicação das normas constitucionais no estrangeiro	224
97. Normas constitucionais e normas de conflitos	228

PARTE III
DIREITOS FUNDAMENTAIS

TÍTULO I
A PROBLEMÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
SENTIDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

98. Direitos fundamentais e direitos do homem	229
99. Os direitos fundamentais na história	231
100. Direitos e valores	233

CAPÍTULO II
**CONCEITOS AFINS E CATEGORIAS
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS**

§ 1.º

Direitos fundamentais e categorias afins

101. Direitos fundamentais e direitos subjetivos públicos	238
102. Direitos fundamentais e direitos de personalidade	240
103. Direitos fundamentais e situações funcionais	241
104. Direitos fundamentais e direitos dos povos	242
105. Direitos fundamentais e interesses difusos	244
106. Direitos fundamentais e garantias institucionais	245
107. Direitos fundamentais e deveres fundamentais	247

§ 2.º

Categorias de direitos fundamentais

108. As classificações	248
109. Direitos de agir e direitos de exigir	249
110. Direitos de existência, de liberdade, de participação, a prestações e de defesa	250
111. Direitos de liberdade e direitos sociais	252

TÍTULO III
**O ATUAL SISTEMA PORTUGUÊS
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS**

CAPÍTULO I
A CONSTITUIÇÃO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

112. A Constituição e os direitos fundamentais	259
113. A abertura a novos direitos fundamentais	261
114. Os deveres na Constituição	268
115. A interpretação e a integração de harmonia com a Declaração Universal	274
116. A dignidade da pessoa humana, fundamento da República	277
117. O Estado de Direito	281

CAPÍTULO II
O REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

118. Os grandes princípios constitucionais	284
119. O princípio da universalidade	287
120. O princípio da igualdade	290
121. O princípio da igualdade no Direito positivo português	292
122. Sentido da igualdade	293
123. As discriminações positivas	297
124. O princípio da proporcionalidade	298
125. Campos de aplicação	300
126. Formas de violação	302
127. Segurança jurídica, proteção da confiança, boa-fé	303
128. A aplicação imediata dos direitos fundamentais	306
129. A vinculação das entidades privadas	308
130. A preservação do conteúdo essencial	310
131. A limitação recíproca dos direitos	311
132. Tutela jurídica e acesso ao direito	312
133. A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais	313
134. Os procedimentos judiciais do art. 20.º, n.º 5, da Constituição	318
135. A tutela graciosa ou não contenciosa dos direitos fundamentais	320
136. O Provedor de Justiça	321

